Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safraider</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3307/2018-PGJ, DE 28.9.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as Procuradorias de Justiça constantes do quadro a seguir, em razão de férias dos titulares:

PERÍODO	PROCURADORIA DE JUSTIÇA	TITULAR
19 a 28.9.2018	3ª Procuradoria de Justiça Cível	Marigô Regina Bittar Bezerra
17.9 a 2.10.2018	4ª Procuradoria de Justiça Cível	Olavo Monteiro Mascarenhas
24.9 a 5.10.2018	6ª Procuradoria de Justiça Cível	Silvio Cesar Maluf

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3287/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, na parte que concedeu o 1º período de férias ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro, que seriam usufruídas no período de 30.11 a 19.12.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3301/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, na parte que estabeleceu o período de conversão da Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, de forma que, onde consta: 25.9 a 4.10.2018; passe a constar: 1º a 10.10.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3302/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 16 a 25.10.2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3303/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 25.3.2016, a ser usufruído no dia 22.10.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3304/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, nos períodos de 3 a 5.10.2018 e 8 a 10.10.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3305/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 28.9.2018, a Portaria nº 1766/2018-PGJ, de 22.5.2018, que designou o 67º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luciano Furtado Loubet, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar o mutirão dos procedimentos extrajudiciais referentes à proteção do meio ambiente da Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, bem como atuar no mesmo.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3306/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Eldorado, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, no período de 8 a 10.10.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3308/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça de Campo Grande Fernando Jorge Manvailier Esgaib e Daniela Cristina Guiotti para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, nos dias 2 e 4.10.2018, respectivamente.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3309/2018-PGJ, DE 1º.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Campo Grande, Plínio Alessi Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 6ª Vara Criminal residual da referida Comarca, nos dias 19.7 e 2.8.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3286/2018-PGJ, DE 27.9.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 68/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Emanuely Martins Atanasio da Silva, Analista/Arquitetura; 2.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/3195/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA**PORTARIA Nº 3310/2018-PGJ, DE 1º.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, que seriam usufruídas no período de 1º a 30.11.2018, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3784/2016).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3261/2018-PGJ, DE 25.9.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3913/2017-PGJ, de 14.11.2017, e suas modificações, na parte que concedeu férias à servidora Lais Massuda Albuquerque de Oliveira, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 15 a 17.10.2018, passe a constar: Período de Gozo – 7 a 9.1.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3291/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Guilherme de Souza Bonifácio, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 10.10.2018, em razão de férias do servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3292/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Eliane Angelina Simões Moreira Só e Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 30.8.2018, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3293/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Helena Rocha Rodovalho, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Recursos Humanos, no período de 1º a 5.10.2018, em razão de férias do titular, Fabiano Alves Davy.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3294/2018-PGJ, DE 28.9.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Recursos Humanos, no período de 8 a 10.10.2018, em razão de férias do titular, Fabiano Alves Davy.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

ESCOLA SUPERIOR**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DO EDITAL Nº 1/2018 - ESMP-MS**

Workshop “A atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri”

1 – METODOLOGIA: o *Workshop* será ministrado por meio de aulas teórico-expositivas, com discussões coordenadas pelo painalista. Análises jurisprudenciais e de casos concretos, além de estudo das atualizações legislativas. Será utilizado o material disponibilizado ao aluno e os equipamentos tecnológicos de apoio do MPMS como meio para o processo de aprendizagem. Espaço aberto para esclarecimento de dúvidas práticas do público alvo para com os palestrantes e painelistas.

2 – PÚBLICO-ALVO: Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

3 – OBJETIVO: A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com a colaboração do Centro de Apoio Operacional das PJs Criminais, visa o aprimoramento e capacitação dos membros e servidores da Instituição na atuação em processos e investigações relativos aos crimes dolosos contra a vida frente a aspectos controvertidos no Plenário do Júri, as novas formas de macrocriminalidade relacionadas a esses crimes e as perspectivas futuras do Ministério Público no Tribunal do Júri.

4 – CRONOGRAMA:

18/10/18 – Quinta-Feira

19h - Credenciamento

19h30min - Abertura Solene: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça; Nilza Gomes da Silva, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais; e Jaceguara Dantas da Silva, Procuradora de Justiça e Diretora-Geral da Escola Superior (MPMS)

20h - Palestra “Os desafios do MP no Tribunal do Júri” - Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça

21h - Palestra “Questões processuais controvertidas na perspectiva do garantismo penal integral” - Antonio Sergio Cordeiro Piedade, Promotor de Justiça (MPMT)

19/10/18 – Sexta-Feira

8h30min - Palestra “Neurolinguística Forense” - Fernando Cesar Bolque, Promotor de Justiça (MPSP)

10h - Painele “Feminicídio”- Luciana do Amaral Rabelo, Ludmila de Paula Castro Silva e Bianka Machado Arruda Mendes, Promotoras de Justiça (MPMS)

11h30min - Intervalo para almoço

13h30min - Palestra “Crime organizado no Tribunal do Júri” - Simone Sibilio do Nascimento, Promotora de Justiça (MPRJ)

15h - Palestra “Os crimes multitudinários no Tribunal do Júri” - Márcio Augusto Friggi de Carvalho, Promotor de Justiça (MPSP)

16h30min - Painele “Questões Práticas”- Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro e Moisés Casarotto, Promotores de Justiça (MPMS)

18h - Encerramento

5 – VAGAS:

80 vagas para membros do MPMS.

6 – CARGA HORÁRIA: 11 horas.

7 – PERÍODO DO CURSO: 18 e 19 de outubro de 2018.

8 – LOCAL DO EVENTO: Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio.

9 – PERÍODO DE INSCRIÇÕES: de 1º a 8 de outubro de 2018; inscrições efetuadas fora do período definido não serão validadas.

9.1. Acessar a página do curso por meio do endereço: <https://ead.mpms.mp.br/course/view.php?id=6>;

9.2. Na tela de *login*, usar o mesmo *login* e senha de rede do MPMS;

9.3. Em seguida, clicar no botão “*Inscrição*”;

9.3.1. Caso apareça a tela de perfil antes do curso, algumas informações complementares devem ser atualizadas;

9.3.2. Após a atualização dos dados, clicar na opção “*Página inicial*”, no menu lateral esquerdo, e clicar no curso “*Workshop – A atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri*” para se inscrever.

10 – AVALIAÇÃO: Ao final do evento, o participante apontará o seu grau de satisfação com relação ao tema, carga horária, informações novas oferecidas, uso do ambiente virtual, atividades, aplicabilidade dos conhecimentos, entre outros (etapa indispensável para emissão do certificado digital).

11 – CERTIFICAÇÃO: a certificação ocorrerá mediante avaliação do evento no portal EaD da ESMP-MS, no mesmo endereço eletrônico em que foi realizada a inscrição, conforme mencionado no item 9.1.

12 – DO CANCELAMENTO DA PARTICIPAÇÃO:

12.1. Caso haja necessidade de cancelamento da inscrição, o pedido e a justificativa deverão ser enviados ao *e-mail* da Escola Superior, no endereço escoladomp@mpms.mp.br. As justificativas serão analisadas pela Diretoria.

13 – COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E METODOLÓGICA: Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS.

14 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

14.1. As vagas serão preenchidas por ordem de inscrição.

14.2. Após o encerramento do período de inscrições, será encaminhada relação nominal ao Procurador-Geral de Justiça a fim de subsidiar as providências administrativas necessárias para a realização do evento, em especial no que se refere a autorização e/ou convocação dos inscritos, para participarem do evento.

14.3. Esclarecimentos sobre o acesso as inscrições, bem como dúvidas poderão ser sanadas junto à Equipe de Educação a Distância: escoladomp@mpms.mp.br, e/ou pelo telefone (67) 3318-2112, no horário de funcionamento do MPMS.

Campo Grande/MS, 28 de setembro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça

Diretora-Geral da ESMP-MS

AVISO Nº 018/2018-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Presidente da Comissão do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, CONVOCA os candidatos aprovados, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados no capítulo X do Edital n.º 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, no Item 2 desse Aviso.

1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE AQUIDAUANA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça de Aquidauana, situado na Rua Luiz da Costa Gomes, 544 – Vila Cidade Nova - Aquidauana – MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	14h	KAMILA ROCHA DE OLIVEIRA	1º

1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BELA VISTA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça de Bela Vista, situado na Rua Eduardo Peixoto, 1541 – Centro - Bela Vista – MS.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	09h	ROSIMAR F. BRANDÃO	2º

1.3 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE BONITO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça Bonito, situado na Rua Lúcia Borralho, Vila Donária - Bonito – MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	14h	NICK DA SILVA PARKINSON	2º

1.4 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: GED – Gestão de Estagiários de Direito – situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**TURNO MATUTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	09h30min	RAFAEL PERES RAMIRO	39º
15/10/2018	09h30min	KAMYL OLIVEIRA COSTA	40º
15/10/2018	09h30min	GUILHERME WINCKLER	41º

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**TURNO VESPERTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	14h	KEVIN ALEXANDRE DE OLIVEIRA SHIMABUKURO	23º
15/10/2018	14h	WILLIAM GOMES YARZON	24º
15/10/2018	14h	ÉDER ALEXANDER MARTINS NUNES PAERMO	25º
15/10/2018	14h30min	CYNTHIA PADILHA	26º
15/10/2018	14h30min	THAÍS FAJARDO NOGUEIRA UCHOA FERNANDES	27º
15/10/2018	14h30min	VINICIUS RIOS DE CASTRO	28º

LOCAL: Secretaria de Recursos Humanos, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO

TURNO VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	14h	JOÃO VITOR LAILLA VARGAS GUIDI	5º
15/10/2018	14h	CAMILLA GABRIELLY TANAKA	6º

1.5 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CASSILÂNDIA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça de Cassilândia, situado na Rua Sebastião Martins da Silva, 800, Alto Izanópolis - Cassilândia- MS

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	09h	JULIA ROMANO BARBOSA	1º

1.6 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CORUMBÁ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça de Corumbá, situado na Rua América, 1880 – Centro de Corumbá - MS.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

TURNO MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	09h	EMANUELLY SANTOS SILVEIRA	3º
15/10/2018	09h	THAINÁ RIBAS DE CARVALHO	4º

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	14h	MARIA EDUARDA SOUZA GUILHEN ROQUE	2º

1.7 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE IVINHEMA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça de Ivinhema, situado na Praça Dos Poderes, 900 - Vitória - Ivinhema - MS.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	09hn	MARIA JULIA FERREIRA PEGORARO	1º

1.8 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça de Três Lagoas, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860 - Centro - Três Lagoas - MS.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

TURNO VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	14h	THAYARA CRISTINA FERREIRA DE ASSIS	1º
15/10/2018	14h	DENNER DO NASCIMENTO NOGUEIRA	2º
15/10/2018	14h	ALINE TIEMI KUBO FERREIRA	3º

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
15/10/2018	14h	VINÍCIUS TAVARES GOMES	2º
15/10/2018	14h	GABRIEL SANTOS IZIDORO MENDONÇA	3º

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Graduação e de Nível de Ensino Médio deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Cumpra observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até o GED/MPMS (Gestão de Estagiários de Direito), sito na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande - MS.

Campo Grande, 1º de outubro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000133 DE 27.09.2018 DO PROCESSO PGJ/10/3173/2018.**

Credor: KONA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 70/2018 oriunda do Pregão Eletrônico nº 203/2017 da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Objeto: Aquisição de projetor Multimídia com as seguintes características: luminosidade: 3000 a 3500 ANSI Lumens, resolução nativa: XGA (1024 x 768), resolução máxima: UXGA (1600 x 1200)@60Hz, proporção de Contraste: 15000:1 Vida útil da lâmpada: Até 10.000 horas, display: Tecnologia DLP, tamanho da imagem (Diagonal): 23" - 256", distância de projeção: 1 -10m (3.28ft – 32.8ft), método de projeção: Mesa e Teto (Frente e Trás), compatibilidade de vídeo: SDTV, EDTV, HDTV (720p, 1080i/p), NTSC, PAL, SECAM, portas: VGA-In, VGA-Out, HDMI, S-Video, Composite Video, Audio-In (RCA), Audio-Out, (Mini-Jack), MiniUSB (Service), energia: 100 - 240V, garantia: 3 anos e 1 ano para lâmpada, acessórios: Cabo de força AC, Cabo VGA, Controle remoto, baterias para o controle, manual, Cartão de garantia (item 01).

Valor: R\$ 8.968,00 (oito mil, novecentos e sessenta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000133 de 27.09.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/PGJ/2016.

Processo PGJ/10/2098/2015.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2 - ALPHA TERCEIRIZAÇÃO EIRELI, representada por Cláudio Nunes Silva.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência por mais 3 (três) meses do Contrato nº 28/PGJ/2016, referente à prestação de serviços de portaria, recepção, copeiragem, limpeza, asseio, serviços gerais e encarregado de equipe, incluindo máquinas, equipamentos e utensílios, bem como materiais de limpeza e higienização necessários, para atender o Contratante nos edifícios-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, das Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado; bem como retificar o valor contratual estimado total fixado pelo Segundo Apostilamento ao Contrato nº 28/PGJ/2016, em decorrência de erro formal de cálculo, para que, onde constou “R\$ 8.229.249,96 (oito milhões, duzentos e vinte e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos)”, passe a constar “R\$ 8.114.311,48 (oito milhões, cento e quatorze mil, trezentos e onze reais e quarenta e oito centavos)”; e retificar a data da assinatura do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 28/PGJ/2016, em decorrência de erro material de digitação, para que, onde constou “Campo Grande-MS, 19 de junho de 2017”, passe a constar “Campo Grande-MS, 19 de junho de 2018”.

Valor estimado mensal: R\$685.770,83.

Amparo Legal: Artigo 57, inciso II; e artigo 60, ambos da Lei 8.666/93.

Vigência contratual: 30.09.2018 até 30.12.2018.

Data da assinatura: 18 de setembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****RECOMENDAÇÃO 0004/2018/49PJ/CGR**

Ao Senhor
Oswaldo Nogueira Lopes
Secretário-Executivo da Fundação de Apoio à Cultura e Ensino – FAPEC.
Rua 9 de julho, nº 1.922 – Vila Ipiranga, Campo Grande – MS.

CONSIDERANDO que o teor do disposto no artigo 27 da Lei Federal nº 8.625/1993, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

CONSIDERANDO a Recomendação Conjunta N. 002/CGMP/CAOPJPPS/2015, que orienta a atuação do membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na defesa do Patrimônio Público e combate à improbidade administrativa.

CONSIDERANDO que a fundação é pessoa jurídica de direito privado, constituída de uma universalidade de bens destinados ao cumprimento de finalidades específicas, sendo, pois, um patrimônio personificado;

CONSIDERANDO que o patrimônio da fundação pertence à sociedade ou a uma parcela desta, visto que dotado de bens móveis ou imóveis que quando destinados à entidade, desvinculam-se do seu instituidor, tornando-se assim, de domínio público, em razão da finalidade social e interesse público que lhe compete;

CONSIDERANDO que as fundações complementam e substituem a atividade governamental, visto que prestam serviços à coletividade de forma formalmente desinteressada, em prol do interesse público, em caráter gratuito e sem fins lucrativos, dentro dos objetivos e finalidades dispostas no seu estatuto social;

CONSIDERANDO que toda e qualquer fundação deve apresentar uma estrutura organizacional delineada, de forma a tornar possível a consecução das finalidades estabelecidas, posto que os seus fins são perenes e imutáveis;

CONSIDERANDO que é imperioso garantir a efetiva fiscalização da administração das fundações, a fim de que as mesmas não se desviem das finalidades para as quais foram instituídas, nem dilapidem ou desnaturem o patrimônio que as sustentam;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, por meio da 49.^a Promotoria de Justiça desta capital, o velamento das entidades fundacionais, nos termos do disposto no art. 129, VI da Constituição Federal, no artigo 66 do Código Civil, art. 26, I, a da Lei Federal 8.625 de 12/02/93 e art. 27, I, a da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94 e art. 2º, inciso VIII, da Resolução n.º 003/2006-PGJ e;

CONSIDERANDO que o velamento do Ministério Público compreende o exame da escrituração da Fundação, verificação de suficiência ou não do patrimônio para o cumprimento dos fins a que se destina a entidade, composição dos órgãos e correição do funcionamento, adequação das atividades aos fins para os quais a fundação foi criada, a legalidade e pertinência dos atos de seus administradores, eficiente aplicação e utilização dos bens e dos recursos financeiros, a fim de verificar se os órgãos dirigentes realizaram proveitosa gerência da fundação;

CONSIDERANDO a existência do Inquérito Civil n.º 06.2017.00001867-8, instaurado para apurar o cometimento de eventuais atos de improbidade administrativa no âmbito da FAPEC - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura, praticados, em tese, pelo ex-Secretário Executivo, Reinaldo Rodrigues Fagundes.

CONSIDERANDO que os prejuízos experimentados pela entidade em razão dos fatos descritos no parecer de lavra do Departamento Jurídico da entidade (fls. 09/1375) afetam diretamente o patrimônio do ente fundacional.

CONSIDERANDO que este órgão de execução entende necessário sejam imediatamente adotadas providências para se recuperar os valores desviados, com a finalidade de proteção e reparação do patrimônio fundacional.

CONSIDERANDO que a inércia por parte da FAPEC em reaver os valores poderá ser interpretada por este órgão de execução como renúncia de receita, o que configura, em tese, ato de improbidade administrativa, o que ensejará propositura de demanda judicial para buscar responsabilização dos atuais gestores, nos termos da Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, nos termos do art. 129, VI da Constituição Federal, art. 26, I, a da Lei Federal 8.625 de 12/02/93 e art. 27, I, a da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94 e art. 2º, inciso VIII, da Resolução n.º 003/2006-PGJ, RECOMENDA à Fundação de Apoio à Cultura e Ensino – FAPEC, que no prazo de 30 (trinta) dias:

1. Sejam tomadas todas as providências no sentido de se ingressar imediatamente com a ação de ressarcimento referente aos prejuízos experimentados pela Fundação de Apoio à Cultura e Ensino - FAPEC em razão dos fatos descritos no Parecer Jurídico apresentado pela entidade (fls. 09/1375 – Inquérito Civil nº 06.2017.00001867-8), sob pena de responsabilização dos atuais gestores, nos termos da Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992.
2. Apresentar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o comprovante da ação devidamente distribuída, bem como cópia da inicial e dos documentos que a instruíram.

Em atendimento ao disposto no artigo 2º, inciso VIII, da Resolução n.º 003/2006-PGJ, este Órgão Ministerial SOLICITA ainda que a Fundação de Apoio à Cultura e Ensino – FAPEC se manifeste por escrito acerca da presente recomendação, no prazo de 10 (dez) dias, quanto à intenção de acatar ou não a referida recomendação, parcialmente ou por inteiro.

Cópia desta Recomendação deverá ser encaminhada, para ciência, ao Presidente do Conselho Curador da Fundação de Apoio à Cultura e Ensino - FAPEC, Ruy de Araújo Caldas e à Advogada Morgana Bordignon Krein.

Campo Grande/MS, 13 de setembro de 2018.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO 0005/2018/49PJ/CGR

Ao Representante Legal
Associação Campo-Grandense Para-desportiva Driblando as Diferenças - ADD.
R. Espírito Santo, n. 1182 – Jardim dos Estados,
Campo Grande - MS, 79020-081
Senhor Patrono,

CONSIDERANDO que o teor do disposto no artigo 27 da Lei Federal nº 8.625/1993, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

CONSIDERANDO a Recomendação Conjunta N. 002/CGMP/CAOPJPPS/2015, que orienta a atuação do membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na defesa do Patrimônio Público e combate à improbidade administrativa.

CONSIDERANDO a existência do Inquérito Civil n.º 06.2018.00000892-9, instaurado para apurar, em razão de denúncia de uso indevido de recursos, eventuais irregularidades no âmbito da Associação Campo-Grandense Para-desportiva Driblando as Diferenças - ADD, CNPJ 07.860.116/0001-40.

CONSIDERANDO que durante a instrução do Inquérito Civil n.º 06.2018.00000892-9, restaram apuradas algumas inconsistências de ordem técnica contábil, não se verificando, por hora, dolo e nem prejuízo ao erário.

CONSIDERANDO que este órgão de execução entende necessário sejam imediatamente adotadas providências para se evitar a continuidade da ocorrência de irregularidades no âmbito da *Associação Campo-Grandense Para-desportiva Driblando as Diferenças - ADD*.

CONSIDERANDO que compete ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL expedir recomendação visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa esteja no âmbito das suas atribuições, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, nos termos do art. 129, VI da Constituição Federal, art. 26, I, a da Lei Federal 8.625 de 12/02/93 e art. 27, I, a da Lei Complementar Estadual nº 072 de 19/01/94 e art. 2º, inciso VIII, da Resolução n.º 003/2006-PGJ, RECOMENDA à *Associação Campo-Grandense Para-desportiva Driblando as Diferenças - ADD*, que no prazo de 30 (trinta) dias:

1. Sejam adotadas, doravante, todas as providências no sentido de se adequar às normas de contabilidade vigentes, principalmente quando da aplicação de verbas oriundas do Poder Público, evitando-se despender verbas sem observância das formalidades exigidas.
2. Apresentar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comprovação das ações levadas a efeito com o fim de se cumprir as regras contábeis vigentes no ordenamento jurídico brasileiro.

Em atendimento ao disposto no artigo 2º, inciso VIII, da Resolução n.º 003/2006-PGJ, este Órgão Ministerial SOLICITA ainda que a *Associação Campo-Grandense Para-desportiva Driblando as Diferenças - ADD* se manifeste por escrito acerca da presente recomendação, no prazo de 10 (dez) dias, quanto à intenção de acatar ou não a referida recomendação, parcialmente ou por inteiro.

Campo Grande, 27 de setembro de 2018.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IVINHEMA

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DO EDITAL Nº 0010/2018/01PJ/IVH.

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002821-4, que está à disposição de quem possa interessar na Praça dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79.740-000, fone (67) 3442-1590.

Inquérito Civil Nº 06.2018.00002821-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Ivinhema/MS.

Assunto: apurar eventual ilegalidade e ato de improbidade administrativa, consistente na contratação de servidores através de processo seletivo simplificado em detrimento da realização de concurso público para provimento de servidores efetivos.

Ivinhema/MS 26 de setembro de 2018

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0137/2018/01PJ/PPR.

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 13/03/2018, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Fátima Aurélia Medeiros Amarilha, proprietária do imóvel rural denominado Fazenda Samambaia, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00001289-5, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 01 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SONORA

EDITAL Nº 0024/2018/01PJ/SNR.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002851-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 – Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00002851-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar a possível ocorrência de danos ambientais oriundos da instalação e operabilidade de empreendimentos hidrelétricos situados na sub-bacia hidrográfica do Rio Correntes, em Sonora-MS, bem como os efeitos da inexistência de Estudo de Impacto Cumulativo e Sinérgico de mais empreendimentos.

Sonora-MS, 27 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0025/2018/01PJ/SNR.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00002850-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 – Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00002850-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Sonora.

Assunto: apurar possível destinação diversa da legalmente estabelecida, dos recursos oriundos de compensação financeira de empreendimentos hidrelétricos situados na sub-bacia hidrográfica do Rio Correntes, em Sonora-MS.

Sonora-MS, 27 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0026/2018/01PJ/SNR.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n.º 09.2018.00003662-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 – Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n.º 09.2018.00003662-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: acompanhar e fiscalizar as políticas públicas relacionadas à segurança pública no município de Sonora, bem como as instituições que, direta ou indiretamente, exercem atividades de segurança pública, com vistas a diagnosticar as causas do expressivo aumento de crimes considerados graves e de mortes por crimes violentos em Sonora, a partir do ano de 2018, bem como obter soluções para maior efetividade das medidas de segurança pública e de outras políticas públicas na diminuição dos referidos índices.

Sonora-MS, 28 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0009/2018/PJ/TRN.

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório 06.2018.00002639-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Apurar.

Assunto: Apurar possível irregularidade na reforma realizada pelo Município de Terenos/MS em duas pontes próximas ao local onde funcionava a pedreira MAPE.

Terenos/MS, 14 de setembro de 2018.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2018/PJ/TRN.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar no seguinte endereço: Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002704-8.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar possível irregularidade na licitação realizada pelo Município de Terenos/MS para contratação de serviços de manutenção e limpeza, com conservação, higienização, dedetização externa e interna dos prédios públicos e bens de domínio públicos para atender o Departamento Municipal de Serviços Urbanos.

Terenos/MS, 26 de setembro de 2018.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça